

Aluísio Ferreira Lima ¹ Gláucia Rebeca Teixeira de Oliveira ² João Marcos Munguba Vieira ³

Pâmela Bezerra Silva ⁴

Resumo

As práticas voltadas para o processo de desinstitucionalização são ainda muito recentes no Brasil e ainda estão em desenvolvimento. O objetivo deste escrito é refletir sobre como o trabalho na contemporaneidade pode ser um possível dificultador em tal processo. A importância do tema se dá pelo fato de que é a partir do trabalho que organizamos grande parte de nossas vidas e construímos nossa subjetividade, fazendo-nos pensar que a esfera laboral pode influenciar no processo de desinstitucionalização, pois pacientes, famílias e profissionais estão imersos nos modos de trabalho contemporâneos. As discussões levantadas resultam de uma revisão bibliográfica nas bases de pesquisa Scielo, LILACS, Periódicos Capes e BVS, utilizando os descritores “desinstitucionalização” e “família”. A temática trabalho é respaldada em autores como Antunes (2003; 2015), Dejours (2004; 2010), Ehrenberg (2010), Lipovetsky (2007). A partir das reflexões levantadas por teóricos da Saúde Mental e das correntes críticas da Psicologia Social do Trabalho. Este ensaio crítico conduziu-nos à considerações que apontam o trabalho, nos moldes atuais, como dificultador do processo de desinstitucionalização e soma-se as sobrecargas objetivas e subjetivas advindas da complexidade deste processo.

Palavras-chave: Trabalho; desinstitucionalização; família.

Abstract

Practices aimed at the deinstitutionalization process are still very recent in Brazil and are still developing. The purpose of this writing is to reflect on how laboring in the contemporary society can be a possible complication in this process. The importance of the issue is due to the fact that it is influenced by our work that we organize much of our lives and build our subjectivity, making us think that the labor sphere can influence the process of deinstitutionalization since patients, families and professionals are immersed in the contemporary working methods. Discussions raised are the result of a literature review on research bases Scielo, LILACS, Capes and BVS, using the keywords “deinstitutionalization” and “family.” (desinstitucionalização and família in portuguese). The thematic “work” is supported by authors such as Antunes (2003; 2015), Dejours (2004; 2010), Ehrenberg (2010), Lipovetsky (2007). From the reflections raised by theoreticians of Mental Health and critic streams of Social Work Psychology, this critical essay led us to considerations that link labor, in current form, as a complicator for the deinstitutionalization process. Also, the objective and subjective burdens resulting from the complexity of this process are taken in account.

Keywords: Work; deinstitutionalization; Family.

¹ Psicólogo, Doutor em Psicologia Social pela PUCSP, professor do Departamento de Psicologia da UFC, Líder do Parallaxe: Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: aluisiolima@hotmail.com

² Psicóloga. Mestra em Psicologia pela UFC, professora substituta do Departamento de Psicologia da UFC e da FANOR/ Ceará/ Brasil. E-mail: rebekoliv@gmail.com

³ Graduando em Psicologia pela UFC - joaomvieira@gmail.com

⁴ Graduada em Psicologia pela UFC - pam.oiq@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As práticas voltadas para o processo de desinstitucionalização são ainda muito recentes no Brasil e estão em desenvolvimento (Waidman, Jouclas, & Stefanelli, 2002). Além do desconhecimento sobre o que é ser doente mental, a realidade da departamentalização dos profissionais da saúde faz com que cada um fale uma linguagem diferente sobre esse mesmo tema. Neste ensaio é importante salientar que desinstitucionalização está sendo visto como um processo de ampliação, numa práxis de humanização da assistência e não como uma substituição da desospitalização, ou seja, para que se efetive a desinstitucionalização como foi pensada é necessária uma mudança de concepção e de atitudes, tantos dos profissionais da saúde como de toda a sociedade, pois esse processo vai além do “quebrar” os muros das instituições voltadas para internações e encaminhar os pacientes para serviços substitutivos, mas passa essencialmente por um processo de desconstrução de saberes e práticas manicomialis.

O artigo corresponderá a um dos textos que acreditamos ter forte influência na persistência das práticas supracitadas e que, aparentemente, continua a ser ignorado ao se considerar o processo de desinstitucionalização: o trabalho. A importância do tema se dá pelo fato de que é a partir do e para o trabalho que organizamos grande parte de nossas vidas, o que nos faz pensar de que formas o trabalho pode influenciar no processo de desinstitucionalização. Afinal, todos que fazem parte do processo de desinstitucionalização estão imersos no mundo do trabalho, de uma forma ou de outra, e passam pelas mudanças que vem ocorrendo na contemporaneidade. Para Enriquez (2014 p. 15) citando Linhardt, (1980) a atividade laboral continua a ser o que dá sentido a suas vidas. “Não é tanto o trabalho que seduz, é antes o vazio em torno do trabalho que repele. Não escolhemos

amar o trabalho, nós ‘o amamos’ porque não existe mais nada. Nenhuma alternativa numa sociedade inteiramente construída em torno do trabalho.”

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL

Por muito tempo, no Brasil e no mundo, o tratamento utilizado em pessoas com transtornos mentais não costumava passar de medicalizações e internamentos que poderiam durar meses e até anos. Embora fosse a melhor alternativa que se imaginava ter, os institucionalizados acabavam por se manter isolados de suas famílias e da sociedade (Waidman et al., 2002). Infelizmente, além do isolamento, a institucionalização também gerava outros efeitos negativos na vida dos portadores de transtornos mentais, como complicações do próprio estado de transtorno e outras doenças (Soares & Munari, 2007).

É só a partir da década de 1980 no Brasil, embora em outros países do mundo isso tenha se iniciado na década de 1960, que a ideia da desinstitucionalização, ou seja, a retirada dos doentes mentais dos manicômios e hospitais, começa a ser discutida entre os profissionais da saúde da área como alternativa (Waidman et al., 2002). Estevam, Marcon, Antonio, Munari e Waidman (2011) compreendem a desinstitucionalização segundo os preceitos de Amarante (2007), como o processo de mover o cuidado para o ambiente fora do hospital em condições que sejam suficientes para atender as necessidades tanto dos portadores de transtornos mentais, quanto da sua família, aproximando o doente mental, assim, da sociedade.

A reforma psiquiátrica só se tornou lei, no sentido de oficialmente alterar a política pública em relação à saúde mental, com a lei 10.216 em 2001, no dia 6 de abril

(Barroso & Silva, 2011). Assim, o modelo centrado na hospitalização foi trocado pelo modelo de atendimento psiquiátrico comunitário, que se fundamenta em atendimentos descentralizados e com características multiprofissionais (Barroso & Silva, 2011).

Podemos observar na literatura sobre a temática da desinstitucionalização o amplo grau de complexidade envolvido no processo, desde as questões sociais ligadas ao preconceito com relação à loucura, pois apesar de termos avanços significativos quanto a esta questão, sabemos que ainda nos encontramos no momento onde tal conceito é impregnado de estigmas, tanto com relação à pessoa que sofre de transtorno mental, quanto dos seus familiares.

Concomitante a esta visão social, existe a falta de informações sobre o processo de adoecimento mental nos vários níveis envolvidos, desde o próprio paciente, de familiares e da sociedade como um todo. Como cuidar do que não conhece? Como e onde buscar recursos instrumentais e emocionais para lidar com aquilo que não se conhece? Dentro deste enquadre, temos profissionais da área da saúde que muitas vezes acabam por falarem linguagens muito diferentes, cada com seus saberes departamentalizados, de modo a dificultar ainda mais uma visão focada no clareamento do processo de adoecimento.

Neste ensaio, a desinstitucionalização está sendo entendida, conforme Amorin e Dimenstein (2009), como um processo de desconstrução de saberes, discursos e práticas pautadas numa visão psiquiátrica que sustentam a loucura numa condição reducionista da doença mental. Porém as dificuldades para a efetivação da desinstitucionalização ainda são muitas, a exemplo da redução da reforma a um processo de desospitalização, sem de fato romper com as práticas do hospital psiquiátrico e o deslocamento completo da atenção em saúde mental para serviços substitutivos

territoriais integrados à rede de saúde mais ampla. Assim, os serviços que deveriam ser substitutivos aos hospitais psiquiátricos não conseguem atender à demanda em saúde mental da população, reforçando discursos existentes segundo os quais o processo de desinstitucionalização tem promovido a desassistência, justificando a permanência e a manutenção da estrutura psiquiátrica tradicional.

Diante da complexidade do processo de desinstitucionalização, propomos trazer como reflexão algo pouco tocado na literatura sobre tal temática, a saber, o trabalho e como os novos modos laborais presentes na contemporaneidade podem estar dificultando o processo de desinstitucionalização. Sabemos que estamos todos imersos no contexto de trabalho, ou seja, o trabalho na nossa sociedade continua com seu papel de centralidade. Organizamos várias dimensões das nossas vidas focadas no e pelo trabalho; dessa forma, no processo de desinstitucionalização, tanto os profissionais como pacientes e familiares estão inseridos nos modos laborais contemporâneos e conseqüentemente sendo perpassados por seus efeitos.

CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DO MUNDO DO TRABALHO

De acordo com Traverso-Yépez (2001), o sujeito se insere e faz parte da estrutura social principalmente por meio do trabalho que realiza. O trabalho propicia ao indivíduo inserção no seio social; além disso, é condição de socialização e relações interpessoais que contribuem para o processo de identidade, realizações pessoais, desenvolvimento de capacidades e conhecimentos.

Para Estramiana (1992), o trabalho é uma dimensão de socialização e que propicia a definição de identidade de maior relevância na vida dos adultos. Antunes (2003)

aponta que o trabalho se apresenta como primordial para realização do ser social, condição essencial para sua existência; portanto é o ponto de partida para a humanização do homem. Dejours (2004) enfatiza que o trabalho não é unicamente produzir, mas sim transformar a si mesmo, uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, se realizar. Agamben (2014) nos traz que o desejo de reconhecimento pelo outro é indissociável do ser humano. Este reconhecimento é essencial, pois não se trata simplesmente de satisfação ou de amor próprio, porém é unicamente por meio do reconhecimento dos outros que o homem pode constituir-se como ser.

Complementando a visão da importância do trabalho para a subjetividade, Antunes (2003) coloca que “por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo trabalho; ele atua sobre a natureza; desenvolve as potências nela ocultas e subordina as forças da natureza ao seu poder” (p. 125).

Através dos estudos realizados, podemos observar que muitas são as mudanças que impactam no mundo do trabalho, marcado por uma globalização desequilibrada, pela reestruturação produtiva e, conseqüentemente, pela precarização do trabalho. Estes são apenas alguns fatores que interferem diretamente no bem-estar físico e na saúde mental do trabalhador.

Antunes (2003) procura indicar que não há uma tendência generalizante quando se analisa o mundo do trabalho, e sim uma processualidade contraditória e multi-forme. Nesse contexto, agravam-se as condições de indeterminação do mercado de trabalho, pois se, por um lado, constata-se um processo de intelectualização do trabalho manual, por outro, contraditoriamente, há desqualificação e subproletarização presentes no trabalho precário, informal, temporário e parcial. Assim o processo de exploração do capital sobre o trabalhador

nunca esteve tão intensificado e coercitivo como nos dias atuais.

Além das inúmeras mudanças que vem ocorrendo no contexto laboral em detrimento do trabalhador, Antunes (2015) nos aponta uma mudança que está sendo gestada, a ideia da terceirização completa, total. Desse modo, pelo projeto de lei que é o PL 4330/2004, se ampliariam as possibilidades de trabalhadores terceirizados, o que seria um flagelo humano para os trabalhadores. O autor faz ainda a comparação com o processo de escravidão, que desregulamenta de modo estrutural os pontos positivos da CLT, as pesquisas apontam que os trabalhadores terceirizados ganham, em média, 30% a menos do que aqueles diretamente contratados, enquanto trabalham quase 30% a mais, além de se envolver mais em acidentes no trabalho.

Todas essas situações apresentadas são modos de sofrimento, nos quais os trabalhadores são cada vez mais exigidos, muitas vezes de forma desumana. Quando nos referimos à crise no mundo do trabalho atual, entendemos que é uma crise estrutural, e os trabalhadores das mais diversas categorias e setores estão imersos nessas condições.

Observa-se a exploração dos trabalhadores das mais variadas formas, e muito do trabalho vivo e concreto dá lugar ao trabalho morto e abstrato, de modo que o processo de estranhamento pode ser encontrado nas mais variadas categorias, as diferenças são apenas as roupagens. Na sociedade de consumo em que vivemos, tendemos a consumir desde mercadorias até “Eus” idealizados. Deste modo, como não poderia deixar de ser, o trabalhador busca a todo custo dar conta de uma demanda e de um modelo idealizado de profissional de sucesso.

Wood Jr. e Paes de Paula (2010) nos traz o conceito de homem S.A., aquele que está em constante busca pela excelência e

pelo sucesso, modificando assim a sua relação com os demais, que deixam de ser outros iguais enquanto homens e passam a ocupar um lugar de meros instrumentos. Para os autores, “o conhecimento que o indivíduo S.A. tem de si não costuma derivar de autoanálise, mas do constante monitoramento do impacto que ele causa nos outros e dos efeitos que consegue obter por meio do gerenciamento da impressão” (Wood Jr. & Paes de Paula 2010, p. 203). O homem S.A. perpassa o universo de diversas categorias profissionais, assim podemos pensar que os trabalhadores da saúde tendem a estar inseridos neste contexto.

Atualmente, o nível de exigências postas para estes profissionais encontram-se, muitas vezes, além do que poderíamos indicar como razoável no que se refere ao volume de trabalho e do ritmo. Eles têm que dar conta, em pouco tempo, de um volume e de uma carga de trabalho elevadíssima e encontram-se num ambiente muito competitivo. Tendem a “acreditar”, portanto, nesta lógica de ter que dar o melhor de si, embora muitas das vezes estejam “fora de si”. O risco de adoecimento tanto individual como social é muito elevado. Fernando Pessoa (1980), vem nos agraciar com este trecho de uma de suas poesias, que ilustra de modo bem interessante a competitividade e as formas de silêncio dos sofrimentos individuais de cada trabalhador, que na maioria das vezes tende a não partilhar com o outro o que passa em seus ambientes de trabalho, pois é perigoso mostrar-se, e o risco de ser rechaçado e considerado incompetente no contexto laboral de tamanha exigência é enorme.

Nunca conheci quem tivesse levado porrada. Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo... Eu, que, quando a hora do soco surgiu, me tenho agachado para fora da possibilidade do soco; eu, que tenho sofrido a angústia das pequenas coisas ridículas, eu verifico que não

tenho par nisto tudo neste mundo. Toda a gente que eu conheço e que fala comigo nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho, nunca foi senão príncipe – todos eles príncipes – na vida... Quem me dera ouvir de alguém a voz humana que confessasse não um pecado, mas uma infâmia; que contasse, não uma violência, mas uma cobardia! Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam. Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil? (Pessoa, 1980, p. 268)

Dejours (2010) nos traz o crescente fenômeno que vem ocorrendo, que é o suicídio no trabalho, aponta que esta é uma mensagem brutal e que precisa ser decodificada, ou seja, não é à toa que cada vez mais trabalhadores estão buscando seus locais de trabalho para cometerem suicídio, embora não seja este um fenômeno novo, vem crescendo. Para o autor, no entanto, o que interfere hoje negativamente são os novos modos e condições de trabalho, e aponta a terceirização, a avaliação de desempenho e o assédio moral como fatores preponderantes para o sofrimento no trabalho. Sofrer um assédio moral no trabalho já traz um sofrimento, porém não poder compartilhar com os outros porque a solidariedade entre os colegas de trabalho está enfraquecida, ou por medo de ser demitido, rechaçado, ou ainda de sofrer humilhações, agrava o quadro de quem está sofrendo o assédio. Pode-se dizer que é um sofrimento dentro de uma solidão social.

É interessante ressaltar que Dejours (2010) é um pesquisador da abordagem da psicodinâmica do trabalho, na qual propõe uma compreensão da relação entre trabalho e saúde mental, pondo essencialmente na história primária dos sujeitos a principal razão do modo de expressão do sofrimento psíquico. O trabalho, nes-

se caso, seria desencadeante, definiria o momento da expressão do sofrimento, mas não sua forma, que, por sua vez, resultaria da estrutura psíquica característica do indivíduo. No entanto, após seus estudos mais recentes, o autor nos relata que vem acompanhando casos de suicídio no trabalho e evidencia que não é imprescindível o sujeito ter uma estrutura melancólica para cometer suicídio no trabalho, as novas formas de sofrimento podem sim levar indivíduos que não tenham predisposição a cometerem suicídio.

Para Enriquez (2014), nas organizações, o trabalhador joga sua identidade, seu desejo de reconhecimento e de estima. Assim as instituições dirigem seus discursos explícitos ou implícitos da seguinte forma:

Se vocês se identificarem a mim, se vocês renunciarem a seus desejos pessoais e se seu único desejo é o da organização, se vocês abandonam seus ideais próprios e se vocês colocam, no lugar de seu ideal do ego, o da organização, então eu os reconhecerei, eu os recompensarei e darei satisfação ao seu eu ideal, ou seja, a seu fantasma de onipotência ou, pelo menos, a seus desejos de poder. O que a empresa nunca diz é que esse discurso é um engodo e que, como Freud tinha mostrado bem claramente, no que concerne à civilização, a satisfação obtida nunca está à altura da renúncia exigida. (p. 54)

Enriquez (2014) nos diz ainda que as instituições sabem jogar com os desejos mais profundos e mais arcaicos do ser humano. Caso contrário os trabalhadores se dariam conta mais rapidamente de que na maior parte do tempo eles fazem um negócio de tolos. No entanto, as empresas são sutis, se elas apenas propusessem um

imaginário enganador, seria fácil para seus membros rasgarem o véu da ilusão. Mas o imaginário que propõem é, ao mesmo tempo, motor. Desse modo, abre caminho para projetos, para desenvolvimentos futuros, para ruptura nos atos e nos pensamentos. Assim, o imaginário é exaltado e permite a cada um de seguir, mesmo que seja por algum tempo, essa aventura.

Gianinni (2012) vem nos falar sobre o tempo sem experiência, na corrida da busca pela excelência iniciada no auge da década de noventa e que pode ser traduzida pelos emblemas da qualidade total e do erro zero. Esse contexto laboral é caracterizado pela obsessão da qualidade, pela demanda da inovação incessante e pela exigência de um tempo de resposta ultrarrápido, o que traz a intensificação das tarefas e com isso valoriza a concorrência sem limites entre os trabalhadores, tudo em nome do sucesso obrigatório, onde a organização só reconhece os vencedores, ou seja, aqueles que conseguem se adaptar ao ritmo alucinante do trabalho, inaugurando o chamado culto da performance.

Gianinni (2012) complementa que a empresa não é apenas o reflexo dessa mutação social dos trabalhadores, é também constituinte. A empresa não constitui apenas um lugar de acumulação de capital, ela também está na origem de uma nova forma de ser na sociedade, o que direciona maneiras de viver articuladas em torno de valores de ação, habilidades, conquistas e desempenho, classificando tudo isso como excelência, uma excelência enlouquecedora. A empresa representa, portanto, um eficaz e poderoso conjunto de processos de subjetivação que intensivamente introjeta nos indivíduos valores difundidos pelos ideais capitalistas de produção sempre crescente. A sociedade da exploração hipermoderna baseada na lógica do culto da performance, utiliza o tempo resignificado pela empresa com o objetivo de sujeitar seus trabalhadores às tarefas prementes, de forma que es-

tes trabalhadores percebiam o fluxo de tempo apenas como irremediavelmente acelerado, necessariamente lucrativo e assim o tempo forçosamente se torne pobre de experiências e significado, com isso há uma tendência a constituir-se sujeitos laboriosos que não tem tempo para outras vivências, além do trabalho, tornando-se a-críticos de sua própria condição existencial.

Apresentando uma reflexão numa linha semelhante, Enriquez (2014) nos traz o culto da excelência e seus efeitos, assim, dentro desta condição a necessidade de segurança pessoal tende a se intensificar, podendo gerar, no imaginário do ser, a condição de ser brilhante a qualquer custo, portanto, de se devotar de corpo e alma, podendo tornar-se um dia um profissional tão excelente que os outros o admirarão e imitarão. Para o autor, “aqui alcançamos o heroísmo para todos! Admirar-se-á o brio deste novo culto, que sabe prender com uma habilidade sem igual os indivíduos nas armadilhas de seus desejos narcísicos” (Enriquez 2014, p. 90).

Apesar de ser fortemente associada em estudos sobre desinstitucionalização à situação de familiares e cuidadores, tanto estes quanto os profissionais que constituem os dispositivos que prestam serviços de saúde sofrem com uma sobrecarga nesse processo.

As demandas extremamente numerosas que são pedidas desses sujeitos, associadas à própria formação (de muitos) que depende do cumprimento dessas “metas” apresentadas pela esfera laboral e/ou de uma rigidez de papéis e funções a serem realizados em campo, contribuem também para a perpetuação do desamparo dos usuários do serviço e de si no processo de desinstitucionalização. Ou seja, são instalados dispositivos e funções interessantes e com reflexões extremamente inovadoras no que tange à desinstitucionalização, mas é

desconsiderada a necessidade de inovações também no nível das relações humanas com o conhecimento, as ideias, os saberes, os discursos e a organização laboral que os perpassam.

A forma de organização laboral também pode contribuir para uma sobrecarga, na medida em que laços de solidariedade dificilmente são criados, devido a uma dificuldade em se estabelecer contato e relações interpessoais no ambiente de trabalho. A impessoalidade é fortificada a partir do momento em que não se tem um espaço ou mesmo interesse pela troca de informações, de experiências e de saberes acerca da jornada laboral. Esse distanciamento enfraquece vínculos e lutas políticas, perpetuando mais uma vez a persistência da alienação e apatia generalizada nesses contextos. Convocando Enriquez (2014) o culto da excelência reforça o individualismo num imaginário ilusório de que esse a princípio contribui para o seu sucesso, onde na realidade o que existe é uma perda tanto para os trabalhadores quanto para as organizações, pois estas cada vez que se nutrem de vitórias, estão próximas do fracasso.

Segundo Wood Jr. e Paes de Paula (2010) ser criativo significa reconhecer que o processo de criação não pode ser resultante de uma expressão unicamente individual, e perceber a importância da realidade e das pessoas que nos rodeiam. Ser criativo não passa simplesmente por adaptar-se ao mundo, porém tomá-lo como inspiração para nortear recursos, capacidades e referências. Dentro deste cenário nos vem o questionamento, como seguir um processo criativo se a convocação constantemente é de reforçar o processo de imitação, para se chegar ao patamar de um profissional de sucesso? Para Wood Jr. e Paes de Paula (2010):

Quando o indivíduo se reduz a uma mera encruzilhada de tendências gerais e vive à sombra da necessi-

dade de sobreviver, ele está condenado à pseudoindividualidade, pois todo esforço de individuação é substituído pelo esforço de imitação. Assim, a espontaneidade dá lugar à representação e o indivíduo é tomado por impulsos miméticos, fazendo de si mesmo um aparelho eficiente. (p. 204)

Além do destacado sobre estes profissionais, existe a problemática dos cuidadores com a questão do trabalho em que se evidenciam, principalmente, indivíduos com baixa escolaridade e, provavelmente, envolvidos em ofícios instáveis, informais e que são fortemente atravessados por organizações de alta responsabilização do indivíduo sobre a jornada de trabalho.

Com a chegada e, muitas vezes, manutenção da “doença” como o centro das vidas desses cuidadores tem-se, inevitavelmente, um abandono da esfera laboral e a entrada efetiva no campo do desconhecido. Nesse momento, esse indivíduo não tem repertório sobre como atuar em momentos de “crise” e também sofre com um sistema que não lhe oferece subsídios para reagir de forma efetiva a estas, além dos preconceitos. O cuidador aprende a entrar nessa situação de isolamento, inserindo-o também em um processo de adoecimento nesse processo de desinstitucionalização, por um processo progressivo e prolongado de retirada de reforçadores da vida do sujeito.

O TRABALHO NO ÂMBITO DA TRAVESSIA DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

Dentre os fatores que dificultam o processo de reinserção da pessoa com sofrimento psíquico na sociedade, um que daremos atenção é a própria família para a qual ele está retornando, que, muitas vezes, não está preparada para esta responsabilidade. Vários autores, como Gomes e

Mello (2012), Waidamn et al. (2002) e Estevam et al. (2011) apontam para a família como uma importante aliada neste árduo processo, mas que muitas vezes não está preparada para isso e acaba sofrendo certa sobrecarga.

De acordo com Goldman (Soares & Munari, 2007), por sobrecarga da família entendem-se os aspectos emocionais e econômicos que afetam as famílias que cuidam de seus entes portadores de transtornos mentais, em especial após estes terem sido institucionalizados por algum tempo, tendo assim afrouxado os laços familiares.

Gomes e Mello (2012), dizem que a família é o principal meio de convívio do portador e, por esse motivo, “a família assume maiores responsabilidades, o que inevitavelmente acarreta alterações nas atividades cotidianas, no orçamento familiar (...) gerando sobrecargas ao principal cuidador” (p. 07). Concomitantemente, Waidman et al. (2002) dizem: “a família é o principal aliado para o doente mental manter-se fora da instituição psiquiátrica (...) embora não disponha de estrutura social, econômica e psíquica” (p. 99). Outro exemplo que corrobora com essa ideia é a fala de Soares e Munari (2007, p. 358): “A sobrecarga familiar pode ser definida, como sendo estresse emocional e econômico aos quais as famílias se submetem quando um parente recebe alta de um hospital psiquiátrico e retorna ao seu lar”.

Dentre os aspectos que representam esta sobrecarga sofrida pela família, está a necessidade de sustentar a casa financeiramente e assim perpassada, como não poderia deixar de ser, pelo trabalho. Família esta que para ter uma melhor condição de acompanhar o processo de desinstitucionalização do seu familiar precisaria participar de modo mais efetivo de todo o processo. Para atingir tal ponto necessitaria-se de tempo, e hoje sabemos que na esfera contemporânea os trabalhadores são cada

vez mais convocados a darem conta de muitas atribuições, papéis e muitas vezes empregos diversos para conseguirem manter suas famílias. Ou seja, vivenciamos um paradoxo, se por lado se faz necessário que os familiares se integrem com o processo de desinstitucionalização; por outro, o mercado de trabalho os convoca para outro polo.

Sabemos que o fenômeno da doença mental permeia classes sociais, econômicas e culturais diversas. Desse modo, tanta as famílias numa condição social e econômica mais privilegiada como famílias em situações muito precárias estão sujeitas a passar por este processo. Podemos apontar que no mundo do trabalho, mesmo que levemos em conta estas diferenças, todos os trabalhadores de um modo ou de outro são afetados pelas exigências e pelas novas configurações do mercado de trabalho.

Ehrenberg (2010) aponta-nos a busca dos indivíduos pelo sucesso a qualquer custo e pela excelência nos vários papéis sociais. Estes familiares estão muitas vezes inseridos numa corrida frenética tendo como alvo o sucesso profissional, esteja este trabalhador na condição de empreendedor, empregado público ou privado, empresários, trabalhadores informais, e outras modalidades, porém são todos constantemente reforçados midiaticamente que precisam estar no primeiro lugar, com um desempenho elevadíssimo, precisam “ser o melhor, destacar-se, superar-se: eis a sociedade democrática convertida ao culto do desempenho, vetor de desenvolvimento pessoal de massa” (Lipovetsky, 2007, p. 264.)

Estamos inseridos na era da vitória, da competição e do alto rendimento. Estes são pontos apontados pelo mercado de trabalho como essenciais, contribuindo com a ilusão, no imaginário dos trabalhadores, que dar conta de suas famílias é trabalhar cada vez mais, com mais afinco, em busca do inatingível, no culto da performance pagado o preço da ausência de si mesmo e

consequentemente do outro. Como aponta Lipovetsky (2007), vivemos “numa sociedade em que o indivíduo é pensado como único responsável por sua situação” (p. 268). Assim, o mercado de trabalho pode contribuir para o afastamento dos familiares no processo de desinstitucionalização, afetando as famílias de modos diversos, fragmentando, ausentando e embotando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda mudança requer tempo para se estruturar e melhorar. A desinstitucionalização é um processo recente no Brasil, que a partir da década de 80 vem crescendo cada vez mais. Acreditamos que a atenção à família seja um dos aspectos que precisa melhorar urgentemente. Sendo a família considerada uma aliada de extrema importância no cuidado do doente mental, ela sofre com a sobrecarga de não saber o que fazer com ele, além de ter que sustentar a casa financeiramente, ir para reuniões com equipes médicas, receber essas equipes em casa, etc.

Embora essa temática não apareça com muito destaque atualmente, o trabalho se tornou o centro da vida em nossa sociedade, de forma que nos adaptamos ou a ele, ou para ele. Este pode ser um problema a partir de vários pontos de vista. Como vimos anteriormente, não é apenas a sobreposição do trabalhar e cuidar do doente mental que se configura como sobrecarga, mas também as dificuldades encontradas nesse meio de trabalho.

A impessoalidade no trabalho, por conta da dificuldade de criação de relacionamentos no ambiente laboral, gera distanciamiento e pode provocar alienação. Os cuidadores muitas vezes possuem baixa escolaridade, o que em alguns casos implica em empregos frágeis, sem segurança ou estabilidade e, além disso, a necessidade de largar o emprego para se inserir no cuidado do doente mental contribui para esta sobrecarga.

Apesar de essenciais as críticas voltadas a mudanças na práxis de profissionais e mesmo a gradativa percepção de que transformações devem ser praticadas diariamente no campo da Saúde Mental, ao que parece, para mudanças a níveis institucionais, necessitam-se de práticas em rede, que trabalhem efetivamente com os indivíduos na forma como se relacionam com o social, como um todo integrado, que pode ser afetado por cada relação que estabelece com o mundo. Além das ações pontuais convergentes com os paradigmas que sustentam a desinstitucionalização – que já são avanços na área – os autores que vivenciam a prática em Saúde Mental têm apontado (Amarante, 1995; Rotelli, Leonardis, Mauri, 1990; Costa-Rosa, 2000), apesar de parecer utópico – como em tantas áreas de atuação da Psicologia –, para uma ruptura desses paradigmas estanques e que acabam por impedir uma maior inserção e aceitação desse processo de desinstitucionalização.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2014). *Nudez*. Tradução: Davi Pessoa Carneiro. (1a. ed.), Belo Horizonte, MG : Autêntica Editora.
- Álvaro-Estramiana, J. L. (1992). *Desempleo y bienestar psicológico*. Madrid, ES: Siglo Veintiuno de España Editores.
- Amarante, P. (1995). Revisitando os paradigmas do saber psiquiátrico: tecendo o percurso do movimento da reforma psiquiátrica. In P. Amarante (Org.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Amorim, A. K. M. A.; Dimenstein, M. (2009) Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico. *Revista Ciência e Saúde Coletiva* 14(1) doi:10.1590/S1413-81232009000100025
- Antunes, R. (2003). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. (9a. ed.), São Paulo, SP: Cortez /Unicamp.
- Antunes, R. (2015) *A tercerização é a escravidão do século XXI*. Recuperado de <http://www.revistaforum.com.br/rodri-govianna/geral/ricardo-antunes/>.
- Barroso, S. M., & Silva, M. A. (2011). Reforma Psiquiátrica Brasileira: o caminho da desinstitucionalização pelo olhar da historiografia. *Revista da SPAGESP*, 12(1), 66-78. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000100008&lng=pt&nrm=iso.
- Brischiliari, A., & Waidman, M. A. P. (2012). O portador de transtorno mental e a vida em família. *Escola Anna Nery* [online], 16(1), 147-156. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ean/v16n1/v16n1a20.pdf>
- Costa-Rosa, A. (2000). O modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. In P. Amarante (Org.). *Ensaaios: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Editora
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Produção*, 14(3), 27-34.
- Dejours, C. (2010). *Um suicídio no trabalho é uma mensagem brutal*. Recuperado de <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/um-suicidio-no-trabalho-e-uma-mensagem-brutal-1420732>.
- Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida, SP: Ideias e Letras.
- Enriquez, E. (2014) *Jogos de Poder na Empresa: sobre os processos de poder e estrutura organizacional*. Tradução: Eunice Dutra Galery et al. São Paulo: Zago doni.

- Estevam, M. C., Marcon, S. S., Antonio, M. M.; Munari, D. B., & Waidman, M. A. P. (2011). Convivendo com transtorno mental: perspectiva de familiares sobre atenção básica. *Revista Escola Enfermagem*, 45(3), 679-86.
- Giannini, E. (2012, Setembro 18). *Tempo e Aceleração Social na Hipermmodernidade*. [Arquivo de vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=yTARiMPJYrg>
- Gomes, M. S., & Mello, R. (2012). Sobrecarga gerada pelo convívio com o portador de esquizofrenia: enfermagem construindo o cuidado à família. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas*, 8(1), 2-8. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762012000100002&lng=pt&nrm=iso.
- Lipovetsky, G. (2007). *A felicidade paradoxal*. São Paulo, SP: Cia das Letras, 2007.
- Pessoa, F. (1980). *O Eu Profundo e os Outros Eus: seleção poética; seleção e nota editorial de Afrânio Coutinho*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Soares, C. B., & Munari, D. B. (2007). Considerações acerca da sobrecarga em familiares de pessoas com transtornos mentais. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, 6(3), 357-362.
- Rotelli, F., Leonardis, O., & Mauri, D. (1990). Desinstitucionalização: uma outra via. In F. Nicácio (Org.). *Desinstitucionalização* (pp. 17-59). São Paulo, SP: Hucitec, 1990.
- Traverso- Yépez, M. (2001). A interface Psicologia Social e Saúde: perspectivas e desafios. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 49-56. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a07>
- Waidman, M. A. P., Jouclas, V. M. G., & Stefanelli, M. C. (2002). Família e reinserção social do doente mental: uma experiência compartilhada pela enfermeira. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, 1(1), 97-100.
- Wood, T.J., & Paula. A.P.P. (2010). O culto da performance e o indivíduo S.A. In A. Ehrenberg, *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa* (pp. 197 – 207). Aparecida, SP: Ideias e Letras.
- RECEBIDO EM: 06/06/16
- APROVADO EM: 13/09/16